

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Zucco: em situação de empate no Rio Grande do Sul

Prisão de Bolsonaro: primeiros efeitos eleitorais

Novas pesquisas eleito-rais foram divulgadas na semana passada em alguns estados. Ainda não há novos levantamentos dos principais institutos de pesquisa nos maiores colégios eleitorais, o que ainda não permite medir completamente que efeitos a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro trouxe para a disputa eleitoral. Mas as novas pesquisas dão algumas pistas. Com

movimentos que podem ter complicado um pouco a vida de candidatos da direita, embolando o jogo. Um bom exemplo disso aconteceu no Rio Grande do Sul, um estado que nos últimos anos demonstrou forte presença conservadora. Real Time Big Data de 25 de novembro mostra um empate entre três para o governo do estado. E jogo embolado também para o Senado.

R. Grande do Sul

O levantamento anterior Real Time Big Data mostrava liderança isolada para o governo do líder da oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL). Agora, Zucco ainda lidera, com 27%. Mas, dentro da margem de erro, empata com Edegar Preto (PT) e Juliana Brizola (PDT), com 21%.

Senado

O bolo se repete na disputa pelo Senado. O governador Eduardo Leite (PSDB) tem 16%. Mas atrás vêm empatados Manuela D'Ávila (que vai se filiar ao Psol esta semana), Paulo Pimenta (PT) e Marcel Van Hatten (Novo), todos os três com 15% das intenções de voto.

Valter Campanato/Agência Brasil



Eduardo Leite deve se eleger senador

Onde houve pesquisas, quadro de equilíbrio

Semana passada, foram divulgadas pesquisas novas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Amazonas e Mato Grosso. Levando-se em conta os levantamentos somente nesses estados, os partidos que se declaram à direita (PL, Novo e Republi-

canos) poderiam fazer até 8 senadores. Com mais cinco de legendas que se colocam na centro-direita (União Brasil e PP). A esquerda (Psol, PT e PDT) poderia fazer até cinco. E o centro (MDB, PSDB e PSD), até oito. O quadro poderia demonstrar uma vantagem da direita com a centro-direita, somando até 13 possíveis senadores.

União e PP

Mas até que ponto será mesmo possível considerar todos os eleitos pelo PP e pelo União como senadores que farão oposição a um eventual novo governo Luiz Inácio Lula da Silva, embora os dois partidos, em federação, tenham se declarado em oposição?

PSDB

Muito provavelmente não com o PSDB. Que, viria a eleger senador o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Ao assumir esta semana a presidência do partido, o deputado Aécio Neves disse que os tucanos não serão nem lulopetistas nem bolsonaristas.

Esquerda

A esquerda, ou os partidos que se mostram hoje mais fiéis a Lula, poderiam eleger até cinco senadores. Com o caso de Manuela D'Ávila, pelo Psol, quebrando a tendência mais conservadora. Lula teria o apoio dos até oito senadores mais identificados com o centro?

MDB e PSD

Mas muito possivelmente com o MDB, com nomes como Renan Calheiros, em Alagoas, por exemplo. Quando ao PSD, o partido liderado por Gilberto Kassab é uma incógnita. Hoje, traça hoje planos oposicionistas. Mas fica fora de um eventual novo governo Lula?



Relações entre Alcolumbre, Lula e Motta já foram melhoras

Governo, Congresso e STF: clima de cada um por si

Acúmulo de atritos entre os três poderes agrava crise

O acúmulo de atritos entre governo, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF) enfraqueceu alianças tácitas dos últimos anos e instalou um clima de “cada um por si” na reta final dos trabalhos do Legislativo em 2025 e às vésperas do ano eleitoral.

Um dos principais fatores de desestabilização foi a escolha de Lula (PT) pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma vaga no STF.

A indicação contrariou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e alguns dos ministros mais influentes do Supremo, que queriam que Lula tivesse optado por Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Senado e Câmara

Desde que voltou a ser presidente, em 2023, o petista contou com respaldo da Corte e teve no Senado seu principal ponto de apoio no Legislativo.

A relação entre governo e Câmara, que já era atribulada, também se deteriorou com as votações da proposta que dificultava investigações contra congressistas, conhecida como PEC (proposta de emenda à Constituição) da Blindagem, e do projeto de lei antifacção.

No segundo episódio, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), colocou na relatoria do projeto o deputado e secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (PP), um dos opositores mais vocais do governo. A escolha irritou Lula e seu entorno.

Rearranjo

Em meio à turbulência com outros poderes, a Câmara passa por um rearranjo interno. Motta rompeu com os líderes do PT, Lindgerbh Farias (RJ), e do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ). Depois, isolou os dois partidos e criou um bloco com 275 deputados em torno de si.

Na quarta-feira (26), o estremecimento das relações entre poderes ficou claro com a ausência de Motta e Alcolumbre na cerimônia de sanção da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. A medida foi promessa de campanha de Lula e tem potencial de aumentar sua popularidade.

Falta de diálogo

Parlamentares ouvidos pela reportagem afirmam que choques são naturais, mas atribuem a escalada das crises à falta de diálogo e liderança dos chefes de cada poder, que deveriam tentar restabelecer o equilíbrio e os limites de sua atuação.



Indicação de Messias é um dos fatores da crise

Outro sinal de deterioração do clima político foi dado na última quinta-feira (27), quando o Congresso derrubou vetos de Lula às novas regras de licenciamento ambiental. Na mesma semana, o Senado aprovou, contra a vontade do Executivo, projeto que regulamenta aposentadoria especial para agentes de saúde e expande gastos previdenciários.

Tanto a apreciação dos vetos quanto a aprovação da aposentadoria especial ocorreram em meio à tensão após a indicação de Messias.

Alcolumbre disse que não tomou nenhuma atitude por retaliação ao governo. Apesar disso, afirmou nos bastidores que contou 60 votos contra a indicação de Jorge Messias para o STF e que pode promover uma votação relâmpago com o objetivo de derrotar a indicação de Lula.

Segundo o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), os vetos na área do licenciamento ambiental foram pautados por “imposição da maioria dos líderes congressuais, da oposição e do centro”. Ele afirmou que não era interesse do governo votar a matéria, especialmente após a COP30.

O alinhamento entre a ala de Alexandre de Moraes no STF e o Palácio do Planalto, construído em larga medida graças à atuação do ministro nos processos que miraram Jair Bolsonaro (PL) e a trama golpista, também enfraqueceu diante da escolha de Messias.

STF

Moraes, que era entusiasta de Pacheco, vinha dando apoio a Alcolumbre na articulação para que o Senado rejeitasse o indicado. Na semana passada, Messias e o ministro conversaram por telefone na tentativa de

aparar as arestas.

O também integrante da corte Flávio Dino é outro que manteria preferência por Pacheco. Outros ministros, mesmo os que também tinham simpatia pelo senador, indicaram apoio ao advogado-geral publicamente ou nos bastidores depois da indicação.

A relação entre o Supremo e o Congresso, por sua vez, tem sido desgastada principalmente por causa de ações de Dino que miram irregularidades em emendas parlamentares. A ação tem dificultado o envio de recursos federais às bases eleitorais e enfurecido deputados e senadores.

Mesmo a relação entre Câmara e Senado teve ao menos um abalo ao longo dos últimos meses.

Os presidentes das duas Casas chegaram aos postos que ocupam atualmente em fevereiro. Eles tinham um histórico de proximidade, em contraste com o que acontecia no Congresso em anos anteriores --os agora ex-presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Pacheco, tinham uma relação distante.

A aliança entre Motta e Alcolumbre, porém, esgarçou no fim de setembro, quando o Senado enterrou a PEC da Blindagem.

A proposta era impopular e, ao votarem contra, os senadores fizeram a Câmara arcar sozinha com o desgaste de imagem decorrente. O dano atingiu especialmente Motta, que representa o conjunto dos deputados junto à opinião pública e que foi o responsável por colocar a matéria em pauta.

A rejeição do projeto pelo Senado também deixou a Câmara sozinha no enfrentamento

ao STF, principal alvo da PEC. São comuns, tanto de deputados quanto de senadores, críticas ao que setores políticos julgam ser um poder excessivo da corte.

Motta e Alcolumbre, porém, têm se reaproximado. Aliados relatam que os dois foram à COP30 em clima amistoso.

Caldeirão

A cientista política Argelina Cheibub Figueiredo afirma que há “um caldeirão de fatores misturados” e que, nesse momento, a relação entre Executivo e Legislativo é a mais problemática.

Segundo a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a crise não é necessariamente institucional, mas sim política, dado que há uma diferença ideológica grande entre a maioria do Congresso e o governo Lula. “O centrão hoje está indo para o lado da extrema direita, e isso por razões de eleição presidencial”, diz.

“É resultado de uma luta política. Com a maioria do Congresso com as posições políticas que eles têm, não espanta que estejam querendo contrariar o Executivo. Cada Poder está usando o poder político que tem. O governo está disposto a negociar, mas não a ser barrado ou impedido em alguma coisa por um desses dois presidentes [Motta e Alcolumbre]”, afirma.

Figueiredo diz ainda que o embate tem relação com a eleição porque os candidatos estão sendo definidos e a direita está desorientada e dividida. “[A direita] está tentando acertar isso, tentando ver se eles se tornam mais coesos contra o governo.”

Caio Spechoto, Carolina Linhares, Ranier Bragon e Raphael Di Cunto (Folhapress)